



Produção imaterial do espaço e a realização dos desejos urbanos

Imaterial production of space and urban desires accomplishment

Bianca Jo Silva* e Silvia A. Mikami G. Pina**

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar a produção imaterial do espaço público desencadeada pela atuação do movimento social urbano “A Batata Precisa de Você” em suas diversas formas de apropriação e ações políticas emancipatórias. A cidade, discutida aqui como simbiose de suas características espaciais e a potência social de transformação das mesmas, propicia às manifestações urbanas auto-geridas pela população uma dimensão instrumental de resistência, além de instigarem hipóteses sobre o futuro dos espaços e da vida urbana. Observou-se que a condição espontânea de atuação dos movimentos sociais urbanos permite ações colaborativas de coletivos que, ainda que efêmeras, são capazes de reinventar novos sentidos ao espaço e suscitar novas percepções das pessoas em relação à cidade. Ciente de que pequenas ações cotidianas ou apropriações pontuais não promovem transformações urbanas imediatas, considera-se que impulsionem a criação de um coletivo de imaginários sociais; ou que desencadeiem processos de transformação a longo prazo. Observa-se, por fim, a emergente demanda pela revisão do processo de construção das cidades, envolvendo e criando espaços de participação ampliada, onde criam-se processos de capacitação para produção de práticas coletivas, participação pública, e acesso às decisões que produzem efetivamente o espaço urbano.

Palavras-chave: Espaço Público. Políticas Públicas Urbanas. Práticas associativas.

Abstract

This article aims to analyze the public space imaterial production triggered by the performance of the urban social movement “A Batata Precisa de Você” in its various forms of appropriation and emancipatory political actions. The city, discussed here as its spatial characteristics and the transformation social power of these symbiosis, provides to population self-managed urban manifestations a resistance instrumental dimension, and beyond, instigate hypotheses about the future of spaces and urban life. It was observed that spontaneous action conditions of urban social movements allows collectives collaborative actions that, although ephemeral, are able to reinvent new senses to space and arouse new perceptions of the city. Aware that small daily actions or punctual appropriations do not promote immediate urban transformations, it’s considered that promote collective of social imaginaries creation; or long-term transformation processes. Finally, the emergent demand for cities construction process revision, involving and creating expanded participation spaces, where training processes are created for collective practices production, public participation, and access to decisions that effectively produce the urban space.

Keywords: Public Space. Urban Public Policies. Associative Practices.

*Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie (2014), Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2017) e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Atualmente pesquisa sobre a espacialização territorial e as dinâmicas urbanas da população refugia-

da em São Paulo.

** Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1983), Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1990 e 1998) e Livre Docente na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo na UNICAMP. Desenvolve pesquisas sobre conceitos humanizadores no projeto e cidade; apropriação do espaço público; e processos participativos.

No último século, as cidades que se desenvolveram de maneira capitalista utilizaram-se da arquitetura e urbanismo como importantes instrumentos de estruturação da matriz fundiária em uma dinâmica produção especulativa (GOTTDIENER, 1996). Favorecida pela pressão de espetacularização das cidades, esses processos estimulam uma contínua busca pela reconstrução de novas bases espaciais de produção por meio da substituição, renovação ou ruptura das estruturas preexistentes. A baixa disponibilidade de recursos públicos aliada ao conveniente interesse da iniciativa privada no setor construtivo, culminou no surgimento de instrumentos urbanísticos de outra ordem, onde se testam novos mecanismos de flexibilização da legislação urbana formuladas para a recuperação e reativação de setores específicos da cidade e que, evidentemente, permitem uma atuação mais livre do mercado (DEÁK, SHIFFER, 2007; SILVA, 2014). Instrumentos estes que demonstraram ser, nas últimas décadas,

uma das estratégias mais rentáveis para o setor imobiliário, pois os investimentos realizados são de ordem de grandeza muito superiores aos valores ressarcidos (FIX, 2007; FERREIRA, 2003). Da mesma forma como estes instrumentos contribuem para o fortalecimento da lógica de desenvolvimento urbano que restringe as oportunidades de acesso à cidade em seletivas parcelas socioterritoriais.

A potência social emancipadora do cotidiano

No entanto, na mesma medida em que as recorrentes parcerias público-privadas avançam com o propósito de adquirir ou readquirir regiões de potencial exploração imobiliária, se deparam com novas formas de reação e resistência articulada pelos movimentos sociais urbanos. Inserem-se no contexto de disputa pelo espaço como organizações de resistência popular, representativas de suas necessidades e de acesso aos seus

direitos, constituindo uma experiência emancipatória da sociedade civil. Uma vez que instituiu-se na política institucional brasileira uma tradição de não representatividade, as reações sociais coletivas de caráter político viabilizam formas alternativas para organizar e expressar suas demandas (MARICATO, 2011).

Entende-se, dessa forma, que a articulação social é sobretudo uma questão simbólica de constituição de cidadania: os movimentos propõem-se a transformar os meios em fins, pela recriação cotidiana da experiência em resistir impulsionada pelo surgimento contínuo de novas adversidades. O processo de institucionalização das organizações da sociedade civil, por exemplo, avançaram de forma significativa a conquista pelo reconhecimento oficial de suas demandas, descentralizada atualmente em canais públicos de mediação (a exemplo dos conselhos, criados no próprio corpo estatal).

A partir dos anos de 1990, algumas mudanças foram observadas na articulação dos movimentos sociais urbanos, decorrentes do avanço de novas tecnologias. A maior automação dos processos produtivos, o desemprego, o aumento significativo da economia informal e a forte presença da terceirização enfraqueceu os sindicatos - maior referência de organização do proletariado industrial desde início do século XX (SANTOS, 2008). Se essa condição configurou o movimento social como uma nova instância de luta, mais propen-

sa a particulares interesses do que a causas universais, por outro lado possibilitou ao movimento maior abrangência de mobilização e atuação através de novas ferramentas tecnológicas.

(...) as novas tecnologias, especialmente a Internet e as rádios comunitárias, são um elemento facilitador na difusão das narrativas e ideários em construção pelos sujeitos, nós das redes, mas geralmente não são o único ou principal elemento mobilizador na geração de uma rede de movimento social (...) ela permite um rompimento com o olhar da mídia tradicional que enxerga no movimento uma negação da ordem legal da sociedade. Para eles, a força de um movimento social continua sendo a sua capacidade de organização e mobilização (SCHERER-WARREN, 2005, p. 513-514).

Scherer-Warren (2005) afirma que a nova forma de atuar como sujeito é via empoderamento social e democrático, de pessoas e causas diversas que objetivam o combate à exclusão em suas múltiplas faces. Por exemplo, apesar de existirem diferenças substanciais entre movimentos de moradia (que ocupam áreas ou edifícios privados com o mote de contestar a propriedade) e movimentos de ocupação dos espaços públicos (que contestam, via de regra, seu uso), a atuação de ambos tende a seguir diretrizes essenciais: a desconstrução das discriminações introjetadas na sociedade pelos poderes dominantes; resgatar positivamente as raízes culturais; a criação

de novas formas de práticas associativas, construindo novas lógicas éticas e processos sociais emancipadores; a troca de experiências entre coletivos em redes; e a participação de mobilizações de base, empoderando-se, assim, na direção de uma ampla rede de movimento social.

A internet, principalmente as redes sociais, evidenciam as cidades para além de simples palco das desigualdades e da vida automatizada. A conexão virtual faz com que a informação aproxime os lugares e crie novos formatos de sociabilidade, identidade e valores (SANTOS, 2008; HARVEY 2014). As redes possibilitam um fenômeno inédito na articulação e mobilização dos movimentos sociais, denominado por Scherer-Warren (2005) como transposição de fronteiras: i) territoriais, evidentemente, pela conexão entre as mais diversas escalas de resistência, de alcance regional, nacional e transnacional; ii) temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas também de forma inédita; iii) sociais em seu sentido amplo, através da compreensão e respeito pela multiplicidade de identidades, pluralismo de concepções de mundo e radicalização da democracia por meio de uma emancipação ampliada da população.

A rede e a rua como expressão do espaço público se interpenetram e criam uma política colaborativa, alimentada em tempo real. O aumento da sociabilidade gera aproximação e identificação dos

sujeitos entre si e dos sujeitos em relação ao meio no qual estão inseridos. A dinâmica da reprodução instantânea evidencia ainda mais esse processo e fortalece a militância política e as ações reivindicatórias. A flexibilidade de perpassar o lugar físico enquanto suporte de mobilização contribui significativamente para a reconquista da rua, devolvendo aos espaços públicos uma de suas principais funções, a atuação política (SANTOS, 2008). Pode-se dizer que os movimentos sociais urbanos de transformação espacial representam o ideal de que a gestão da vida coletiva não se resume apenas ao cumprimento de questões emergentes, mas também diz respeito ao direito de apropriação do espaço e da vida urbana.

Sansão (2013), por exemplo, defende a espontaneidade das atividades como uma tipologia de arquitetura, no sentido em que dá forma aos espaços urbanos (p.132). Sua contribuição é no sentido de despertar reflexões sobre a importância do destino aberto do desenho urbano, que construa morfologias propícias à realização do imprevisto onde as pessoas sejam responsáveis pela vocação do espaço. Ciente de que pequenas ações cotidianas ou apropriações pontuais decerto não promovem transformações urbanas imediatas, nada impede que sejam parte do descolamento da realidade contemporânea; que impulsionem a criação de imaginários sociais coletivos; ou que desencadeiem processos de transformação a longo prazo (CERTEAU, 1998). São desejos e utopias como esses, por exemplo,

que estruturam as formas de ativismo do coletivo “A Batata Precisa de Você”.

A Região do Largo da Batata

Se o Largo da Batata desenvolveu-se historicamente enquanto centralidade de comércio rural ao longo do século XIX, no final do século XX foi o vertiginoso adensamento que favoreceu o aumento significativo das atividades de comércio varejista, de serviços e dos vendedores ambulantes, instalados principalmente às margens do Largo. E, em 1995, a região entrou em um ciclo ininterrupto de ações públicas e privadas no sentido de valorização imobiliária e expulsão da então presente classe trabalhadora de baixos salários, iniciada pela Operação Urbana Faria Lima e que perdura até os dias atuais. Villaça (2012) afirma que o processo de valorização ou desvalorização de cada parcela do território urbano acontece em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado, via de regra em benefício do interesse privado. Representa um processo fortemente caracterizado por sua tendência à privatização e mercantilização de ativos públicos através da manipulação de crises e redistribuição via Estado.

O que hoje é chamado de controle de crescimento e regulação da especulação de livre mercado, na realidade constitui a administração do crescimento após às decisões do próprio mercado (GOTTI-DIENER, 1996). Dessa forma, a pressão pela ren-

tabilidade do solo urbano estimula um processo de reestruturação de novas bases espaciais de produção, por meio de uma mobilização frenética do espaço em autodestruição, renovação ou substituição das estruturas preexistentes (HARVEY, 1992). Em 2001 foi organizado o Concurso Público Nacional de Reconversão Urbana do Largo da Batata¹, iniciativa da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA), da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB, atual SP Urbanismo) e da Administração Regional de Pinheiros, sob a organização do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-SP). O projeto ganhador, com autoria de Tito Lívio Frascino e equipe², foi entregue em 2002 e inaugurado em 2013, ainda inacabado. Dentre os motivos para o atraso constam: a troca de gestão municipal (2004); a demora para a emissão da licitação para o desenvolvimento do projeto executivo e para a execução e acompanhamento de obra (2007); o condicionamento das obras no Largo ao cronograma de obras da linha 4, amarela do metrô (responsabilidade de distintas instâncias públicas, o que dificultou muito a mínima sincronia); o grave desabamento no canteiro de obras da estação de metrô Pinheiros (2007) e o embargo das obras pelo IPHAN para escavação e análise de material arqueológico encontrado no local (2009).

No entanto, as obras do Largo da Batata enfim entregues apresentavam uma lista infindável de incompatibilidades com o projeto vencedor do concurso público. Depois do extenso período

1.Reconversão urbana para a PMSP é entendida como “um determinado conjunto de intervenções e atuações no espaço urbano que, referenciadas nas características fundamentais desse espaço, visam a compatibilizá-las, associando as exigências técnicas de equipamento (ou modernização) do território com os imperativos de melhoria da condição ambiental e de valorização das práticas sociais” (PMSP, 2001, p. 1).

2. Detalhes do projeto disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/>



Figura 1. Largo da Batata recém-entregue em 2013. Fonte: catracalivre.com.br/, 2013.

de conturbadas obras pela região, os tapumes que cercavam o Largo foram finalmente retirados e o que se podia observar eram 29 mil metros quadrados de pavimentação. Sem o mobiliário urbano, as vias pedestrializadas e os demais equipamentos públicos previstos no projeto, em substituição a um território associado simbolicamente aos grandes fluxos, à mobilidade, às dinâmicas varejistas e à presença popular, criou-se uma ampla aridez (Figura 1).

A resistência

Em 2013, quando foi iniciado o processo de desmonte dos tapumes do Largo da Batata, houve uma comoção geral. Para muitos comerciantes e frequentadores da região, a praça recém-inaugurada se assemelhava a um deserto que repelia a presença de pessoas e usos cotidianos (CALDEIRA, 2015). Moradores e trabalhadores da região mobilizaram uma reunião com a subprefeitura de Pinheiros e, por falta de respostas dos representantes do poder público, foi decidido pelos presentes que se faria um evento no Largo em novembro de 2013 com diversas atrações culturais chamado de “não largue da batata”. Pretendiam, assim, despertar a atenção dos frequentadores da região com dois propósitos: discutir em conjunto o processo de transformação urbana atribuído ao Largo, ou seja, quais eram as reais intenções do projeto de Reconversão Urbana; e construir juntos hipóteses de potencialidades que o lugar, agora absolutamente transforma-

do, poderia representar. Cada pessoa presente naquela reunião se mobilizou para convidar seu círculo de conhecidos para se apresentar, para assistir e, assim, ocupar a praça.

Apesar de ter sido um evento de pequenas dimensões, os participantes já possuíam meios de se identificar como uma comunidade articulada em torno desta questão. Neste contexto surgiu o coletivo “A Batata Precisa de Você”, que durante um ano e meio ocupou o Largo regularmente às sextas-feiras no final da tarde. As reuniões, inicialmente, tinham pouca programação e eram organizadas com o objetivo de evidenciar que aquele espaço não havia sido anulado, que a presença e ocupação popular tão marcantes da região deveriam resistir. Foram organizados diversos eventos como debates, palestras, oficinas, performances artísticas e shows. O espaço foi mobiliado pelas próprias pessoas com guarda sóis, cadeiras de praia e tendas para os dias de chuva. A periodicidade da resistência deu legibilidade e credibilidade para o movimento, pois se convencionou que naquele dia da semana e horário, as pessoas estariam ali ocupando o lugar e abertos para diálogo para quem também quisesse participar dos encontros.

Muita gente aqui depois que a gente começou a fazer coisas perguntava: como é que faz para fazer um show no Largo da Batata? Como é que faz para dar uma aula de yoga ao ar livre? As pessoas não entendem que elas podem fa-

zer isso a qualquer momento, e não só no Largo da Batata como em qualquer outro lugar, então a consciência de si enquanto possível ator no espaço já mudaria completamente a dinâmica da cidade (SOBRAL, 2015).

A principal característica do movimento foi a espontaneidade da ação, sem muito planejamento e sem ferramentas de levantamento de recursos. Em nenhum momento houve uma chamada de financiamento coletivo para que as ações fossem concretizadas de forma mais perene, ou tivessem mais infraestrutura. Pelo contrário, a ocupação e a presença espontânea de pessoas colaborando voluntariamente caracterizam as atividades do Largo da Batata. Ou seja, representavam pessoas a princípio desarticuladas, mas que tinham aspectos em comum: transitavam por esse espaço, presenciaram sua agressiva transformação, incomodaram-se significativamente com a precariedade e a falta de interesse e envolvimento por parte do poder público e decidiram por transformá-lo em um espaço convidativo com recursos próprios.

Aos poucos, o movimento começou a ganhar visibilidade e, assim, diversos grupos de ativismo cultural foram espontaneamente se apresentando para contribuir com a ocupação. São exemplos deste momento: o coletivo agulha, que organizou uma oficina de crochê e tricô; ou o Rios e Ruas, organização que realiza atividades para despertar a consciência da população para os

rios invisíveis de São Paulo e promover a reflexão sobre o uso do espaço urbano, chamando atenção com arte urbana para a paisagem escondida dos rios que vivem sob o chão da cidade.

A gente precisa de espaços públicos mais vivos, que as pessoas estejam mais presentes neles, pra você construir isso coletivamente. A cidade não é dada pra você, é usando que você constrói a cidade. A gente acredita que estando regularmente em um território, você cria vínculos com ele, você cria cuidado, e assim você melhora a dinâmica urbana (...) seria um terreno de teste para algumas coisas que poderiam ser aplicadas na cidade inteira ou em outras cidades, uma outra relação com a cidade, mais presente no espaço público (SOBRAL, 2015).

Ao passo que a ocupação aumentava sua dimensão e visibilidade, ficava cada vez mais evidente a necessidade de mobiliário urbano, de estruturas que possibilitassem o estar na praça de forma mais confortável, como bancos e coberturas. Como uma nova forma de protesto e denúncia da negligência com a qual foram tratadas as obras dos espaços públicos do Largo da Batata, surgiu a iniciativa de promoverem-se oficinas de construção de mobiliário com pallets. O movimento foi assim se tornando uma complexa articulação de inúmeros coletivos, cada um com uma orientação específica. Para os mobiliários, no caso, articularam-se as Bata-tas Construtoras.



Figura 2. Mobiliários construídos pelas Batatas Construtoras. Fonte: largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/, 2014.



Figura 3. Mobiliários construídos pelas Batatas Construtoras. Fonte: largodabatata.com.br/a-batata-precisa-de-voce/, 2014.

As oficinas de marcenaria no Largo da Batata se transformaram no grande chamariz de ocupação do espaço. Pagava-se uma pequena taxa para o custo dos materiais e aprendia-se a construir mobiliário urbano com pallets. A articulação popular, dessa forma, permitiu a produção e difusão de saberes em espaços não institucionais, em um processo de educação não formal (GOHN, 2011). O coletivo tomou conhecimento de que proporcionava com essa atividade uma educação mútua, onde oferecia a promoção destes eventos e as pessoas contribuíam com a habilidade ou conhecimento que possuíam para passar e capacitar os demais envolvidos: “às vezes passavam alguns senhores que se propunham a ajudar e serravam ou martelavam algo muito rápido, eram pessoas com muita habilidade para aquilo” (MARCHESI, 2015). Com mesas e bancos, a praça teve sua dinâmica completamente alterada (Figuras 2 e 3). As pessoas já reconheciam-na como um lugar de estar, de convivência, e os bancos foram rapidamente apropriados por pessoas que não eram do coletivo, ou seja, o mobiliário demonstrou ter uma capacidade significativa de aglomeração.

O cuidado de uma coisa comum do espaço público, borra a perspectiva do público e do privado, mostrando que as pessoas podem investir tempo, energia e afeto em uma coisa coletiva, que não é só dela, que traz benefício para todos (...).

É visível que uma praça mais ocupada é mais segura, principalmente se a ocupação não for seletiva nem propagar qualquer tipo de preconceito e exclusão, tudo que vivenciamos em excesso na cidade. Seria restringir um benefício que é de todos por que há um uso que algumas pessoas não concordam. Mas que é absolutamente legítimo; a questão de onde dorme o morador de rua é uma questão social, ou seja, da sociedade como um todo. (MARCHESI, 2015)

As diversas formas de privação que se vive cotidianamente nos espaços públicos da cidade tornam cada vez mais intimidador o confronto com o desconhecido (INNERARITY, 2010). Neste contexto se insere o plano da habitabilidade urbana, que desponta no encontro vivido entre os habitantes de uma cidade e o que os envolve, o espaço humano e humanizado. O caráter de temporalidade perene da atuação impactou com muita expressividade as dinâmicas já presentes do Largo, mesmo que estivessem ainda em um momento de consolidação após a entrega das obras. No entanto, o movimento se propôs a trabalhar exatamente dentro de uma lógica de protótipo, ou seja, por meio de experimentações e aprendizagens com o processo e com o próprio uso da praça. Como o movimento estava ali presente todas as semanas, era possível acompanhar a opinião e a ocupação de quem vive o espaço, com melhor desempenho do que algumas estratégias de prancheta distantes da realidade que podemos observar.

No início eram poucas as pessoas que vinham aqui toda sexta-feira e a ideia era justamente ocupar e ver o que poderia acontecer nesse lugar (...) já tinha essa discussão, a gente não inaugurou ela, a gente inaugurou o fato de estar aqui semanalmente e propor o cuidado de outra maneira, um pouco mais prático, físico (SOBRAL, 2015).

Em 2015, após um ano e meio de ocupações regulares do Largo da Batata, o coletivo se inscreveu e foi vencedor do edital Redes e Ruas de Inclusão, Cidadania e Cultura Digital, lançado pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Segundo o edital, seriam selecionados os projetos que propusessem ações de cultura e inclusão digital e promovessem iniciativas de ocupação nos espaços públicos da cidade (PMSP, 2014). Assim, o movimento comprometeu-se a manter a ocupação semanal da praça, organizar rodas de conversa temáticas e oficinas de inclusão digital, realizar de um vídeo do projeto, promover oficinas em outros territórios e produzir uma publicação. O objetivo era registrar oficialmente as ações e transformá-las em pilotos de uma construção experimental e participativa, que pudessem ser disseminadas e construídas de outras formas em outros espaços da cidade.

O cumprimento das atividades previstas no edital intensificou de forma significativa o calendário de oficinas e eventos, uma vez que agora haviam recursos para viabilizar as atividades. A

premissa de inclusão digital proporcionou ao coletivo novas tecnologias sociais para implantar e se mobilizar em maior escala. Foi desenvolvido o site largodabatata.com.br, uma plataforma pública, aberta e colaborativa para agendamento das atividades do Largo onde qualquer pessoa pode incluir o evento que deseja realizar no espaço, determinando a hora e acrescentando algum contato de comunicação. Esse sistema digital propicia autonomia aos cidadãos para utilizar o espaço independentemente de qualquer tipo de produção cultural do coletivo para acontecer. Autonomia essa, que gera uma relação de pertencimento e respeito com o lugar. Segundo relato de frequentadores da praça, a dimensão e a ação colaborativa que foi proposta ali tornou possível a ocorrência de atividades simultâneas de forma que não interfiram umas nas outras.

Por fim, a publicação se propôs a ser um manual de como fazer ocupações regulares em espaços públicos. Foram realizados: a coleta de dados sobre o histórico do Largo da Batata e as razões pelas quais sua dimensão histórica justifica a resistência do lugar; a elaboração de um manifesto das crenças e objetivos do movimento com a descrição dos referenciais teóricos, para que qualquer pessoa pudesse se apropriar dos conceitos e interpretá-los à sua maneira; referências de movimentos sociais urbanos de contestação de uso dos espaços públicos ao redor do mundo; uma apresentação dos instrumentos legais que abordam as questões de manifestações em



Figura 4. Fase 3 do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Fonte: piseagrama.org, 2016.



Figura 5. Fase 3 do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata. Fonte: piseagrama.org, 2016.

espaços públicos com a reprodução das orientações do “passos para dançar”, elaborado pelo Festival Baixo Centro; e o manual de ativação e ocupação de espaços públicos, que inclui instruções para construção de mobiliário com pallets.

Tendo em vista que o edital Redes e Ruas foi produzido pela gestão municipal, o movimento teve possibilidade de diálogo com essa instância. A proximidade direta e regular com as reais demandas do Largo fez o movimento pressionar a Subprefeitura de Pinheiros para que também tomasse ciência e dialogasse com as pessoas diretamente. Assim, foi desenvolvido um processo de planejamento participativo no Largo da Batata através de workshops coordenados pela Subprefeitura e algumas novas reivindicações integraram-se à fase 3 do Projeto de Reconversão Urbana (Figuras. 4 e 5). Foram instalados redários em estruturas metálicas que propiciam sombra, uma série de bancos, equipamentos de ginástica e um parque infantil em frente à igreja. Ainda que a maior parte das demandas não tenha sido atendida, criou-se um processo inédito com a Subprefeitura de Pinheiros de gestão coletiva do espaço entre população e poder público.

Atualmente, o coletivo Batatas Jardineiras, que surgiu da primeira formação do movimento, é o único coletivo remanescente do grupo que segue ativo nos encontros e trabalhos na praça (Figura 6). Suas atividades continuam tendo a periodicidade semanal, principalmente pelas especifi-

dades da jardinagem, que exigem cuidado e manutenção de forma constante e regular. Marchesi (2015) afirma ainda que:

A ação de plantar simboliza também deixar raízes no sentido figurado: você constrói o solo, cuida do que está nascendo e crescendo (...) além de não ser uma atividade exclusiva do jardim, você acaba observando o entorno também e é uma relação de afeto muito diferente de só usar ou passar pela praça.



Figura 6. Atuação das Batatas Jardineiras no Largo da Batata. Fonte: Acervo pessoal, 2017.

Este coletivo ressalta a importância da presença do verde na cidade para saúde e conforto ambiental, além de representar uma resistência ao concreto. No Largo da Batata ficou evidente como a questão do verde no ambiente urbano é negligenciada no planejamento e gestão dos espaços urbanos. Observou-se que, ainda que os projetos

contemplem árvores, jardins e canteiros, como são, via de regra, os últimos elementos a serem implantados, correm maior risco de nem virem a existir ou não serem adequadamente executados.

Isso está ligado a um movimento no mundo chamado urbanismo tático, que é muito oposto a antiga visão do urbanismo como planejamento. Não é a ciência do urbanismo, é o inverso do espírito tecnocrático que moveu boa parte do urbanismo moderno com a ideia de um planejamento com bases econômicas. É muito mais baseado na noção de que você cria equipamentos de uso, é ligado ao uso imediato e em pequena escala por que depende da ação das pessoas (...).

Esses grupos que tem atuado muito em São Paulo muito por um certo esgotamento da relação tradicional da política. As pessoas estão percebendo que não podem esperar mais que os políticos façam coisas que são demandadas. É preciso que a sociedade ela mesma faça essa pressão (WISNIK, 2015).

Considerações Finais

Os movimentos sociais urbanos de supervivência representam a consolidação de uma ampliação significativa da perspectiva do significado da luta urbana. Representam uma subversão da ordem emanada de projetos que oprimem o livre uso dos espaços urbanos e, via de regra, utilizam-se

da criatividade relacionada ao uso para a ativação dos espaços públicos.

Para o coletivo “A Batata Precisa de Você”, a maior conquista de sua atuação foi poder oficializar simbolicamente o Largo da Batata como espaço público de livre ocupação, que abriga cada vez mais iniciativas autônomas de diversas origens e com as mais plurais reivindicações. O objetivo era ativar a praça e fazer com que as pessoas reconhecessem que elas podem usar e promover atividades culturais independentes de autorização ou qualquer tipo de burocracia. É interessante que as pessoas percebam que a cidade e os espaços públicos são delas, e não um “espaço privado do poder público” (TELLES, 2017)³. Atividades que surgiram inicialmente das reuniões organizadas pelo coletivo começaram a se tornar mais permanentes na agenda cultural da praça como o projeto do Forró dos Amigos, por exemplo, que começou como um evento pontual e depois se fixou mensalmente. O Largo ainda apresenta outra especificidade que potencializa mais as atividades realizadas ali: suas dimensões com permeabilidade visual muito ampla propicia que ocorram atividades simultâneas que não interferem umas nas outras.

São trinta anos de deserto do ponto de vista do fazer cidade, mas são cinco anos de muita esperança do lado do uso. O que nós percebemos que é esse uso ativista talvez vai forçar outros projetos, ele não se esgota nele mesmo.

3. Nota de palestra da professora Vera da Silva Telles realizada no Fórum Direito à Cidade – Desafios para uma Agenda Metropolitana em 04 de abril de 2017 na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.



Figura 7. Manifestações contra o golpe de 2016. Fonte: Paulo Pinto (fotospublicas.com/manifestacao-contra-o-impeachment-de-dilma/), 2016.

A melhor maneira de pensar o urbanismo tático é que ele não vai ser urbanismo tático para sempre. É um urbanismo tático que vai forçar o poder público a entender que é preciso projeto. Que espaço público é uma coisa complexa e que as pessoas querem o espaço público (...).

Agora está claramente colocada a pauta de que a população reconhece o espaço público como o lugar legítimo do seu direito de ser cidadão. Agora como a prefeitura e o governo do estado vão reagir a isso? Eles precisam ter respostas (WISNIK, 2015).

Essas iniciativas influenciaram ainda mais a característica do Largo enquanto espaço de estar e permanência, não apenas de passagem. A intensa presença popular durante o carnaval de rua, que já se repetiu por três anos, a instalação de palcos oficiais da Virada Cultural pelas gestões municipais e a expressão da ocupação do Largo durante as manifestações mais progressistas referentes ao golpe político de 2016 (Figura 7) também reforçam a construção imaterial e simbólica deste espaço enquanto suporte de lutas urbanas contemporâneas.

Acredita-se que a intervenção do coletivo “A Batata Precisa de Você” tenha contribuído para a expressão evidente da potência social por dois motivos: primeiramente pela questão morfológica e de espacialidade que o Largo apresenta. Apesar de ter tido seus contornos, proporções e materialidade inúmeras vezes reconfigurados,

morfologicamente manteve-se enquanto praça em seu sentido simbólico e, portanto, de lugar marcado no território pela permanência. Em segundo lugar, a condição de periodicidade intensa e escala que caracterizou toda a ação do coletivo possuem os benefícios de uma relação mais próxima e do maior envolvimento entre as pessoas inseridas no processo. As oficinas de marcenaria no Largo, segundo relatos, sempre foram os eventos que mais atraíram as pessoas por terem dinâmicas muito propícias para isso. Pessoas com habilidade, conhecimento ou simples interesse em ajudar no processo. Observa-se na prática que o movimento proporciona uma educação não formal, onde o coletivo é responsável por promover estes eventos e as pessoas contribuem com a habilidade ou conhecimento que têm para passar e capacitar outras pessoas.

O cuidado de uma coisa comum do espaço público borra a perspectiva do público e do privado, evidenciando que as pessoas têm disposição para investir tempo, energia e afeto em algo coletivo, que traz benefício para todos. A experiência do Largo da Batata, dentre outras questões, ressalta os aspectos positivos de se oferecer à cidade um amplo espaço aberto e público, que apresenta reais possibilidades de ocupação. Em um bairro onde boa parte dos espaços não edificados ainda que de propriedade pública são cercados, ressalta a força da urbanidade dos espaços públicos associados à potência social, ou seja, a de acolhimento das pessoas. Da mesma forma como ocorre nos

bairros periféricos e nos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado, onde espaços públicos ou abertos poderiam abrigar atividades de lazer e cultura, no entanto, pelo contrário, observam-se muitas vezes espaços que acumulam lixo e entulho ou apropriações privadas.

Por fim, observa-se que a sequência de obras inacabadas, indefinições e impasses dos investimentos e obras públicas do projeto de Reconversão Urbana do Largo da Batata se demonstrou avessa ao discurso de qualificação, apresentando-se como prejudicial à microeconomia e catalizadora do esvaziamento dos espaços públicos na região. Em contrapartida, é possível supor que mesmo o limbo de indefinições e impasses de investimentos desse conjunto de obras públicas que perduraram por tantos anos, pode ter sido um dos motivos pelos quais o interesse privado se afastou da área, investindo nas demais regiões ao longo da Operação Urbana Faria Lima. Ou seja, a ineficiência da gestão política e econômica, neste caso, pode ter garantido alguma possibilidade de permanência de moradores e atividades comerciais tradicionais do bairro, mitigando efeitos do avanço da especulação e do processo de gentrificação.

Referências

AQUINO, Carlos. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia

Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CALDEIRA, Daniel Ávila. **Largo da Batata: transformações e resistências**. 2015. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DEÁK, Csaba; SHIFFER, Sueli. **São Paulo: the metropolis of an elite society**. In: Segbers, Klaus (Org). **The making of global city regions**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global: Fundamentos financeiros de uma miragem**. São Paulo: Boitempo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOTTDIENER, Mark. **O setor imobiliário e o planejamento urbano: controle, gestão ou desregula-**

ção. Revista Pólis, São Paulo, n. 27, p.17-26, 1996.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Editorial Teorema: Lisboa, 2010.

MARCHESI, Mariana. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Editais Redes e Ruas divulga projetos selecionados**. São Paulo: PMSP/Secretaria de Serviços, out. 2014.

SANSÃO, Adriana. **Intervenções temporárias, marcas permanentes**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais**. VII Corredor das Idéias do Cone Sul, Unisinos, em agosto de 2005 e no XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), Porto Alegre, em agosto de 2005.

SILVA, Joyce Reis Ferreira da. **Zoneamento e forma urbana: ausências na regulação do uso e ocupação do solo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SOBRAL, Laura. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016.

WISNIK, Guilherme. Depoimento em documentário. **LARGO DA BATATA**. Direção: Jean Grimard, Produção: Neopsico Produções. São Paulo (SP): Cult Pictures, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=as5lcQHFYpl>>. Acesso em: 20 out 2016. ■